

I – Introdução

I – INTRODUÇÃO

1.1 – Nota Prévía

No cumprimento do preceito legal, apresenta-se este relatório anual de 2008.

Este relatório tem, assim, por objectivos:

- I) Explicitar os níveis de execução conseguidos referenciando-os aos aspectos mais relevantes da actividade financeira municipal, no que respeita à sua natureza económica e financeira, nos domínios das receitas, das despesas e da tesouraria;
- II) Apresentar a situação económica relativa ao exercício económico de 2008, analisando a evolução da gestão nos diferentes sectores de actividade da autarquia, designadamente no que respeita ao investimento, dívidas de curto prazo, médio e longo prazos, financiamento externo e condições de funcionamento;
- III) Analisar a situação financeira da autarquia do ponto de vista patrimonial, considerando o Balanço e a Demonstração de Resultados.

O Orçamento do município para 2008 foi elaborado no respeito pelo Decreto – Lei n.º54-A/99, de 22 de Fevereiro e aprovado nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, desenvolvido e executado no respeito do equilíbrio orçamental, reportando-se a esta conta a execução de todas as receitas e despesas dentro do formalismo legal exigido, desenvolvendo-se o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, de acordo com as regras contabilísticas fixadas nos diplomas legais.

Acrescerá ainda referir que foram utilizados mapas e quadros que irão permitir uma análise financeira e patrimonial de um ponto de vista dinâmico, justificando-se as variações de dotações, das disponibilidades e integrando-as na apreciação global das contas.

A entrada em vigor da nova Lei das Finanças Locais – Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro, vem estabelecer novas regras ao regime financeiro dos municípios, entre muitas alterações, verifica-se, designadamente a obrigatoriedade de consolidação de contas com empresas participadas em 100% (art.º 46) e a informação sobre a situação económica e financeira verificada por um auditor externo (art.º 48).

Não obstante a obrigatoriedade da consolidação de contas, os municípios aguardam a publicação dos conceitos e regras para a consolidação. Tal não ainda aconteceu até à presente data, pelo que se optou pela não consolidação enquanto a legislação sobre a mesma não for devidamente regulamentada.

1.2 – Sumário: Descrição dos aspectos mais significativos da Conta Anual da Autarquia

As contas apresentadas neste documento são reflectidas numa base de rigor, transparência e obedecendo aos preceitos legais.

A subsistência de dificuldades na arrecadação das verbas provenientes de Fundos Comunitários ao longo de todo o exercício económico assumiu-se como o principal obstáculo a uma superior taxa de execução na óptica da receita, condicionando de forma muito particular a capacidade da Autarquia para proceder a uma redução substancial da dívida autárquica.

No cômputo geral, este documento atesta a realidade e todas as actividades autárquicas.

A) Processo Orçamental

1. Orçamento da Receita:

	Valor
• Orçamento Inicial	18.884.750
• Reforço	253.015
• Orçamento Final	19.137.765

2. A receita liquidada totalizou 14.889.444€, sendo 173.634€ referente a dívidas de terceiros à autarquia, transitado de anos anteriores. Desta situação resultam, no final do ano, receitas por cobrar, no valor de 144.601€ e um grau de execução da receita líquida de 76,9% e, em termos brutos, de 77,9%.

3. Principais fontes de Receita:

	Valor	%
• Impostos Directos	2.055.992	13,8
• Transf. Orçamento Estado	7.190.151	48,3
• Outras Participações	3.390.627	22,8
• Venda de Bens e Serviços	932.258	6,3

4. Orçamento da Despesa:

	Valor
• Orçamento Inicial	18.884.750
• Reforço	253.015
• Orçamento Final	19.137.765

Os compromissos assumidos ascendem a um valor de 18.480.713€ do qual foram pagos 14.820.105€. A taxa de execução da despesa foi de 77,4%.

5. Da situação apresentada no ponto anterior, resultou uma Dívida Orçamental, relativa a Despesas realizadas por pagar no valor de 3,7 milhões de euros. Esta cifra não provocou, porém, um agravamento significativo do passivo da autarquia.

6. Operações de Tesouraria:

	Valor
• Saldo Inicial	30.203
• Movimentos de Entrada	843.784
• Movimentos de Saída	841.927
• Saldo Final	32.060

7. Garantias e cauções:

	Valor
• Saldo Inicial	510.804
• Movimentos de Entrada	127.429
• Movimentos de Saída	136.690
• Saldo Final	501.543

B) Processo Económico-Financeiro

1. O Balanço à data de 31/12/2008 evidencia:

	2007	2008
• Total do Activo	31.556.374	35.445.845
• Fundos Próprios	18.006.531	19.680.607
• Passivo	13.549.843	15.765.238
• Resultado Líquido	2.276.913	712.532

Euros

2. Demonstração de Resultados por Natureza

	2007	2008
• Resultados Operacionais	2.277.748	822.307
• Resultados Financeiros	336.404	209.612
• Resultados Correntes	2.614.151	1.031.919
• R. Líquido do Exercício	2.276.913	712.532

Euros

3. Movimentos no Activo Imobilizado

	2007	2008
		<small>€uros</small>
• Aumento do Imobilizado	4.544.330	4.820.918
• Amortizações do Exercício	1.369.370	1.644.517

4. Outros registos relevantes

	Valor
	<small>€uros</small>
• Acréscimo de Proveitos	845.707
• Custos Diferidos	405.207
• Acréscimo de Custos	466.197
• Proveitos Diferidos	6.043.077
• Amortização de Proveitos Diferidos	400.222

5. Dívidas a Terceiros – Médio e Longo Prazo¹

	2007	2008
		<small>€uros</small>
• Empréstimos Bancários	4.307.018	3.984.435
• Crédito Leasing	50.214	162.012

6. Dívida a Terceiros – Curto Prazo²

	2007	2008
		<small>€uros</small>
• Credores de Execução Orçamental	4.187.582	4.575.915
• Credores de Operações Tesouraria	541.006	533.603

^{1 2} Os valores apresentados como Dívida a Médio e Longo Prazo e Curto Prazo diferem dos valores que constam em Balanço, pelo facto de que toda a Dívida a Médio e Longo Prazo a amortizar nos próximos 12 meses é considerado dívida de curto prazo, no entanto, não é para os limites ao endividamento a considerar para a DGAL. Neste sentido toda a análise à Dívida é efectuada com base na informação a reportar à DGAL e DGO.

II – Execução do Orçamento

II – Execução Global do Orçamento

2.1 – Comparação entre o Orçamento Previsional e o Orçamento Executado

Esta comparação permite aferir a fiabilidade do orçamento apresentado e a capacidade financeira da sua execução face ao volume de receitas efectivamente arrecadadas.

Comparando os valores previstos no Orçamento com os montantes executados da Receita e Despesa, obtêm-se as variações que o quadro seguinte revela. Assim, em termos absolutos brutos, verifica-se uma taxa de execução da receita de 78%, a qual, em termos percentuais, é ligeiramente superior à taxa de execução da despesa no valor de 77%. Estes rácios traduzem uma razoável capacidade de realização das actividades programadas, tanto mais que a taxa referente à realização da despesa é calculada com base nos valores efectivamente pagos e da receita efectivamente arrecadada.

Execução do Orçamento do ano 2008

€uros

Designação	Orçamento		Execução	Desvio	Taxa de Execução (%)
	Inicial (a)	Final (b)	Ano	(c) - (b)	
Receitas	18.884.750	19.137.765	14.899.579	-4.238.186	77,9
Correntes	10.427.500	10.631.800	9.810.439	-821.361	92,3
Capital	8.457.250	8.482.965	4.977.924	-3.505.041	58,7
Outras		23.000	111.216	88.216	483,5
Despesas	18.884.750	19.137.765	14.820.105	-4.317.660	77,4
Correntes	8.997.500	9.749.800	9.024.206	-725.594	92,6
Capital	9.887.250	9.387.965	5.795.899	-3.592.066	61,7

Para os resultados de execução orçamental apresentados contribuirão maioritariamente as receitas correntes, que atingiram 92%, conseguindo assim financiar as despesas correntes na sua totalidade e libertando poupança corrente para financiar 13,5% das despesas de capital.

Esta análise contempla apenas os valores efectivamente recebidos/pagos e não as receitas asseguradas através, por exemplo, da aprovação de candidaturas, ou as responsabilidades assumidas.

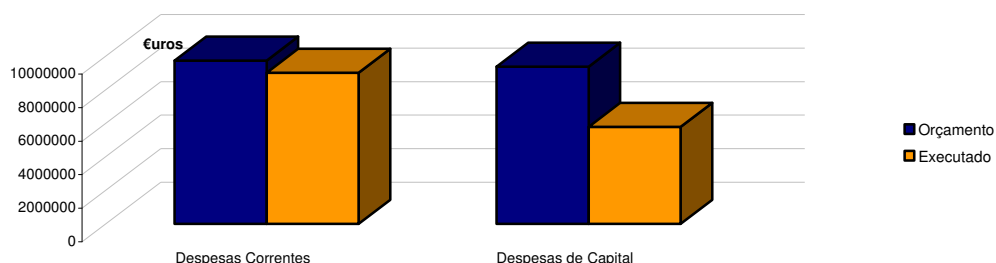
Evolução Orçamental

Designação	Execução 2007	Execução 2008	Variação	
			Valor	%
Receitas	13.738.745	14.899.579	1.160.834	8,45
Despesas	13.715.749	14.820.105	1.104.356	8,05

€uros

Os gráficos seguintes permitem uma comparação entre os valores previstos no Orçamento e os valores executados, desagregados de acordo com a sua natureza económica (Corrente e Capital).

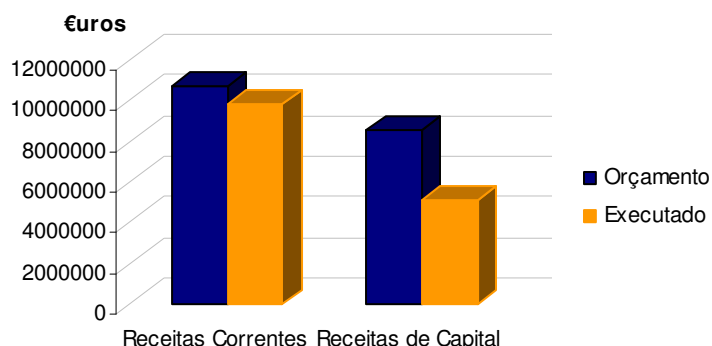
Comparação entre a Despesa Orçamentada e Executada



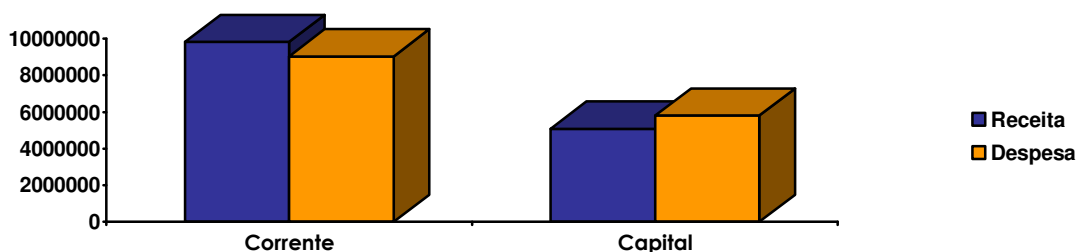
As Despesas Correntes contribuíram para um maior grau de execução no total das Despesas, com uma realização de 61%, enquanto as Despesas de Capital se situaram numa taxa de realização acentuadamente inferior de 39%.

Comparação entre a Receita Orçamentada e Executada

Relativamente à análise desagregada da Receita, deparamos com uma execução da Receita Corrente de 92%, enquanto a Receita de Capital se detém apenas nos 62% de execução. Na análise sectorial deste relatório ter-se-á oportunidade de verificar as razões das variações entre o valor orçado e o valor efectivamente executado.



Comparação entre a Receita/Despesa Executada



Grau de Cobertura Global das Receitas/Despesas

Rácios	2005	2006	2007	2008
Receita Total/ Despesa Total	101,9	100,3	100,2	100,5
Receita Corrente/Despesa Corrente	123,6	112,8	118,7	108,7
Receita de Capital/Despesa de Capital	66,7	80,8	70,4	87,8
Passivos Financeiros (Receita) /Despesa Total	5,8	7,1	0,0	0,0
Receitas Próprias/Despesa Total	27,1	28,0	33,3	28,4
Fundos Municipais/Despesa Total	49,8	48,0	49,9	48,3
Receita Cobrada Localmente/Despesa Total	15,7	16,2	16,3	14,5
Transferências da Administração Central/ Despesa Total	62,0	62,4	64,4	71,4

2.2 – Alterações e Revisões Orçamentais

Centrando a nossa análise na forma como evoluíram as dotações orçamentais, face aos sucessivos ajustamentos das previsões às realizações então efectivadas, obtém-se o seguinte quadro, no qual se agregam todas as modificações, tanto nos reforços como nas anulações a que foram sujeitos os diferentes capítulos económicos da despesa autárquica.

Distribuição das Alterações/Revisão Orçamentais por Natureza Económica

Capítulo	Dotação Inicial		Alterações		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	8.997.500	47,6	1.306.520	554.220	9.749.800	50,9	752.300	8,4
01 Pessoal	3.618.500	19,2	250.960	260.260	3.609.200	18,9	-9.300	-0,3
02 Aquisição de bens e serviços	3.656.100	19,4	790.190	205.560	4.240.730	22,2	584.630	16,0
03 Encargos da dívida	233.900	1,2	20.150	15.600	238.450	1,2	4.550	1,9
04 Transferências	1.433.950	7,6	63.520	68.400	1.429.070	7,5	-4.880	-0,3
05 Subsídios	50	0,0	27500	0	27.550	0,1	27.500	55.000,0
06 Outras despesas correntes	55.000	0,3	154.200	4.400	204.800	1,1	149.800	272,4
	9.887.250	52,4	1.310.515	1.809.800	9.387.965	49,1	-	-5,0
Despesas de Capital							499.285	
07 Aquisição de bens de investimento	9.267.500	49,1	950.515	1.759.800	8.458.215	44,2	-809.285	-8,7
08 Transferências de capital	296.100	1,6	358.700	50.000	604.800	3,2	308.700	104,3
09 Activos financeiros	500	0,0	0	0	500	0,0	0	0,0
10 Passivos financeiros	323.050	1,7	0	0	323.050	1,7	0	0,0
11 Outras despesas de capital	100	0,0	1300	0	1.400	0,0	1.300	1.300,0
Total	18.884.750	100	2.617.035	2.364.020	19.137.765	100	253.015	100

O aumento líquido resulta de uma revisão e alterações orçamentais consignadas no valor de 253.015€. Sumariamente, este aumento traduziu-se numa revisão orçamental no valor de 161.700€ e pela consignação de receitas a determinadas despesas, designadamente, protocolos celebrados no âmbito do Centro de Criatividade (25.100€), accionamento de cauções de empreitadas (25.715€), candidatura aprovada para o Programa Contos da Europa (30.500€) e celebração de protocolos com o IEFP no âmbito de Programas Ocupacionais (10.000€).

2.3 – Equilíbrio Orçamental – Poupança Corrente

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, determina o modelo orçamental e contabilístico das autarquias locais, ao estabelecer que o Orçamento deve prever receitas para cobrir as despesas, impondo uma mera igualdade contabilística. Não exige qualquer igualdade substancial, ou seja, a cobertura de certos tipos de despesa por certos tipos de receita, nem obriga a que as receitas correntes sejam iguais às despesas correntes, desde que, no mínimo, as receitas correntes financiem as despesas correntes.

Todavia, esta norma mantém-se presente na execução orçamental, permitindo a formação de poupança corrente, com vista à sua aplicação no investimento. Efectivamente, verifica-se que, ao analisar a execução orçamental de 2008, as Receitas Correntes não só financiaram todas as Despesas Correntes, como ainda financiaram 13,5% das Despesas de Capital, gerando-se assim uma poupança corrente.

2.4– Resumo dos Movimentos Financeiros de 2008

O saldo a transitar para 2009 no que respeita a operações orçamentais é de 79.474€. O quadro que se segue faz um breve resumo dos movimentos financeiros da autarquia no ano de 2008.

€uros

Designação	Operações Orçamentais	Operações não Orçamentais	Total
(1) Saldo transitado de 2007	22.995,90	541.006,10	564.002,00
(2) Receitas arrecadadas	14.876.583,06	971.194,60	15.847.777,66
(3) Despesas efectuadas	14.820.105,40	978.598,17	15.798.703,57
Saldo a transitar para 2009 (1+2-3)	79.473,56	533.602,53	613.076,09

III – Processo Orçamental

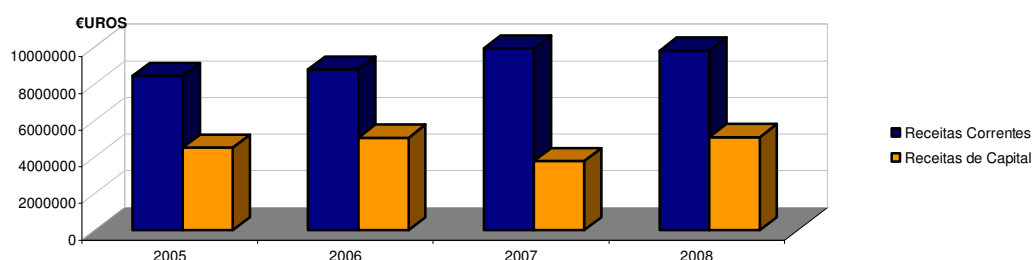
III – PROCESSO ORÇAMENTAL

3.1 – Execução Orçamental da Receita

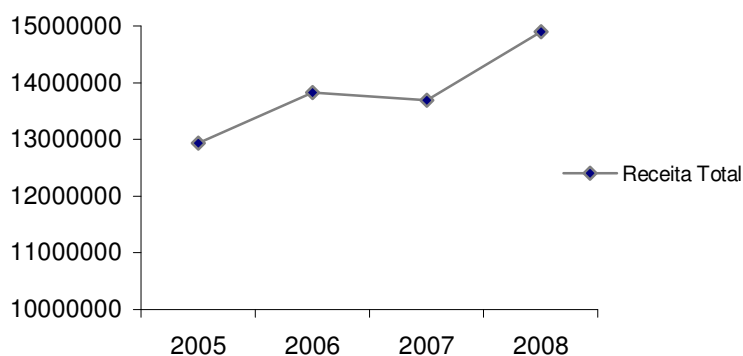
No presente capítulo é efectuada a análise do desempenho da receita ao nível da previsão, cobrança e contabilização, tomando-se como referência a apreciação da estrutura orçamental, o desenrolar da execução do orçamento, reflectido nas alterações nele introduzidas ao longo do ano económico, o grau de execução de receita alcançado face à receita inicialmente prevista e comparação com exercícios anteriores.

Estando a autonomia financeira da autarquia dependente dos meios colocados ao seu dispor para a prossecução dos fins próprios, é relevante referir que os resultados da execução orçamental estão fortemente dependentes de fundos externos.

Evolução das Receitas no Período 2005-2008



Receita Total



Estes gráficos permitem visualizar não só a evolução global das receitas como o comportamento de cada uma das suas componentes económicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

Execução da Receita sem a utilização de Empréstimos

Designação	2005		2006		2007		2008	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Totais (1)*	12.932.732	100	13.831.772	100	13.692.300	100	14.876.583	100,0
Empréstimos Bancários (2)	790.000	6,1	1.000.000	7,2	0	0,0	0	0,0
Total = (1) - (2)	12.142.732	93,9	12.831.772	92,8	13.692.300	100	14.876.583	100,0
Taxa de Crescimento			0,06		0,07		0,09	

*Excluído o saldo transitado do ano anterior

Na análise deste quadro, pode verificar-se que, apesar de se terem contraído e utilizado Empréstimos em 2005 e 2006, a execução orçamental da receita sem utilização de Empréstimos tem sido superior de ano para ano:

2005/2006 \Rightarrow + 0,06% (+689.040€);

2006/2007 \Rightarrow + 0,07% (+860.528€);

2007/2008 \Rightarrow + 0,09% (+1.184.283€).

Estrutura da Receita

Rácios	2005	2006	2007	2008
Receita Próprias/Receita Total	26,6	27,9	33,3	28,2
Receita Cobrada localmente/Receita Total	15,4	16,2	16,2	14,4
Impostos Directos/ Receita Total	11,2	12,0	17,0	13,8
Fundos Municipais/Receita Total	48,8	47,9	49,8	48,3
Transferências da Administração Central/ Receita Total	60,8	62,2	65,8	70,9
Passivos Financeiros/Receita Total	5,7	7,1	0,0	0,0
Venda de Bens e Serviços e Investimento/ Receita Total	7,7	7,7	7,8	6,8

3.1.1 – Grau de Execução da Receita

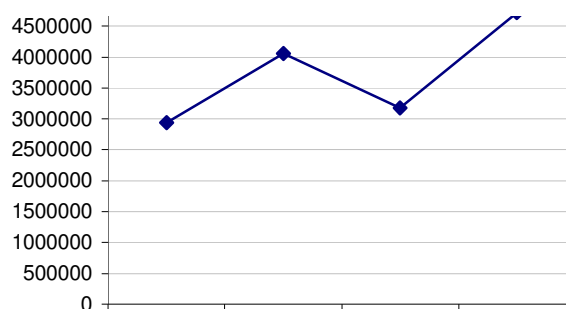
€uros

Designação	Orçamento		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Receitas Correntes	10.631.800,00	55,6	9.810.438,93	65,8	-821.361,07	92,3
01 Impostos Directos	2.126.200,00	11,1	2.055.991,61	13,8	-70.208,39	96,7
02 Impostos Indirectos	270.500,00	1,4	175.969,32	1,2	-94.530,68	65,1
04 Taxas, Multas e Out. Penal.	459.500,00	2,4	310.543,41	2,1	-148.956,59	67,6
05 Rendimentos Propriedade	551.100,00	2,9	608.135,78	4,1	57.035,78	110,3
06 Transferências Correntes	6.027.562,00	31,5	5.706.608,13	38,3	-320.953,87	94,7
07 Venda Bens e Serviços	1.176.938,00	6,1	932.258,08	6,3	-244.679,92	79,2
08 Outras Receitas Correntes	20.000,00	0,1	20.932,60	0,1	932,60	104,7
Receitas de Capital	8.482.965,00	44,3	4.977.923,91	33,4	-3.505.041,09	58,7
09 Venda Bens Investimento	378.000,00	2,0	77.320,94	0,5	-300.679,06	20,5
10 Transferências de Capital	7.974.189,00	41,7	4.874.170,12	32,7	-3.100.018,88	61,1
11 Activos Financeiros	102.000,00	0,5	711,00	0,0	-101.289,00	0,7
12 Passivos Financeiros	1.000,00	0,0	0,00	0,0	-1.000,00	0,0
13 Outras Receitas Capital	27.776,00	0,1	25.721,85	0,2	-2.054,15	92,6
Outras Receitas	23.000,00	0,1	111.216,12	0,8	88.216,12	483,5
15 Rep. n/abatidas nos pagamentos	4,10	0,0	88.220,22	0,6	88.216,12	2151712,7
16 Saldo da Gerência anterior	22.995,90	0,1	22.995,90	0,2	0,00	100,0
Total	19.137.765,00	100	14.899.578,96	100	-4.238.186,04	77,9

Um dos primeiros aspectos a ressaltar da análise do quadro anterior, prende-se com a relativa discrepância verificada entre a previsão orçamental (19.138 milhares de euros) e o valor efectivo das cobranças (14,9 milhões de euros), valor que traduz uma taxa de execução real da Receita de 78%.

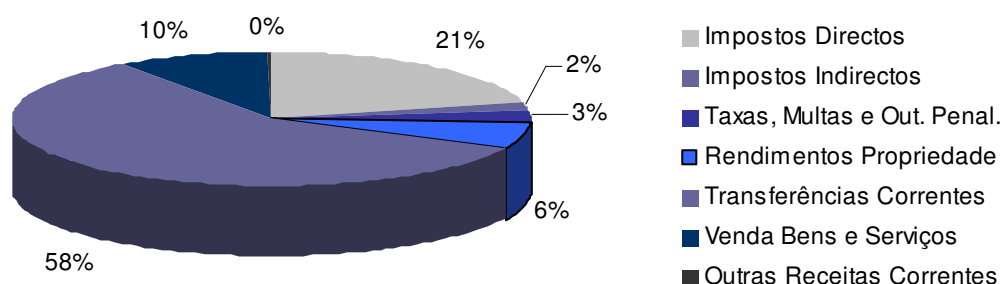
Execução da Receita por Trimestres

Da análise do gráfico que se apresenta, verifica-se um acentuado crescimento da receita do 1º para o 2º trimestre, decrescente para o 3º trimestre e o 4º trimestre supera a execução dos restantes.



No global, da execução das Receitas Correntes conseguiu obter-se uma execução muito positiva.

Estrutura da Receita Corrente Cobrada



3.1.2 – Execução da Receita Corrente

3.1.2.1 – Principais Componentes da Receita Corrente

Atendendo à importância, desenvolver-se-á, de seguida, um estudo mais detalhado da Receita Corrente mais representativa.

➤ Receitas Fiscais

€uros

Designação	Orçamento		Executado		Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	
01 Impostos Directos	2.126.200,00	74,4	2.055.991,61	80,9	96,7
Imposto Municipal Imóveis	916.000,00	32,1	1.008.470,23	39,7	110,1
Imposto Municipal Veículos	231.000,00	8,1	246.307,84	9,7	106,6
Imposto Municipal Transmissões Onerosas de Imóveis	895.700,00	31,4	773.189,69	30,4	86,3
Impostos Abolidos	83.000,00	2,9	28.015,48	1,1	33,8
Impostos Directos Diversos	500,00	0,0	8,37	0,0	1,7
02 Impostos Indirectos	270.500,00	9,5	175.969,32	6,9	65,1
Mercados e Feiras	100.000,00	3,5	91.608,38	3,6	91,6
Loteamentos e Obras	121.000,00	4,2	53.482,66	2,1	44,2
Ocupação da Via Pública	19.000,00	0,7	18.107,00	0,7	95,3
Publicidade	2.000,00	0,1	1.476,44	0,1	73,8
Saneamento - Conservação	5.000,00	0,2	207,00	0,0	4,1
Utilização da Rede Viária	500,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Outros	23.000,00	0,8	11.087,84	0,4	48,2
04 Taxas, Multas e Out. Penalidade	459.500,00	16,1	310.543,41	12,2	67,6
Mercados e Feiras	1.000,00	0,0	280,25	0,0	28,0
Loteamentos e Obras	215.000,00	7,5	164.609,49	6,5	76,6
Ocupação da Via Pública	500,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Caça e Uso e Porte de Arma	1.000,00	0,0	269,44	0,0	26,9
Saneamento	100.000,00	3,5	56.822,20	2,2	56,8
Outros	111.000,00	3,9	70.528,79	2,8	63,5
Multas e Outras Penalidades	31.000,00	1,1	18.033,24	0,7	58,2
Total	2.856.200,00	100	2.542.504,34	100	89,0

A receita fiscal no que concerne aos Impostos Directos, Indirectos e Taxas, Multas e Outras Penalidades obteve uma execução bastante positiva de 89%. As regras previsionais impostas pelo POCAL obrigam à média dos últimos 24 meses, não se

prevendo o crescimento ou a eventual cobrança de receitas que nos anos anteriores não havia ocorrido. Ao analisar-se a componente de Impostos Indirectos e Taxas, Multas e Outras Penalidades verifica-se uma execução de apenas 65% e 68% respectivamente. Tal quebra de receita justifica-se pela baixa execução na rubrica Loteamentos e Obras, que tem diminuído conseqüentemente de ano para ano, e na rubrica de Saneamento, pois não se verifica um aumento das tarifas praticadas desde 2002.

➤ Transferências Correntes

€uros

Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Orçamento do Estado	4.624.962,00	76,7	4.612.910,71	80,8	-12.051,29	99,7
Fundos Comunitários	294.500,00	4,9	206.714,15	3,6	-87.785,85	70,2
Outros/Contratos Programa	1.108.100,00	18,4	886.983,27	15,5	-221.116,73	80,0
Total	6.027.562,00	100	5.706.608,13	100	-320.953,87	94,7

Pela positiva, temos as transferências com um grau de execução de 95%. O valor que se destaca pela menor execução é o dos Fundos Comunitários. Tal deve-se ao facto de haver atrasos no recebimento de verbas referentes a acções levadas a cabo pela autarquia, designadamente: Por um Fio de Ouro, Enoturismo e Agricultura Biológica.

➤ Venda de Bens e Serviços

€uros

Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
07 Venda de Bens e Serviços	1.176.938,00	100	932.258,08	100	-244.679,92	79,2
Venda de Bens	308.000,00	26,2	254.867,69	27,3	-53.132,31	82,7
Serviços	836.600,00	71,1	659.391,57	70,7	-177.208,43	78,8
Rendas	32.338,00	2,7	17.998,82	1,9	-14.339,18	55,7

Um dos principais aspectos a ressaltar da análise do quadro anterior é a execução das rendas, na qual apenas se obteve uma execução de 56%, deve-se por haver processos em tribunal para cobrança de rendas em atraso. No que concerne à Venda de Bens, com uma taxa de execução de 83%, este justifica-se

essencialmente por diversos factores: por haver cada vez mais dívidas em atraso nos recibos de água e, sobretudo, pela pouca adesão dos munícipes à ligação à rede de água à medida que esta vai sendo concluída e pela não actualização do tarifário da água.

Nos Serviços, a taxa de execução de 79% justifica-se pela reduzida verba obtida na ligação de ramais e pelas receitas provenientes dos serviços recreativos e culturais terem ficado bastante aquém do valor inicialmente previsto.

3.1.3 – Execução da Receita de Capital

Designação	Orçamento		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Receitas de Capital	8.482.965,00	44,3	4.977.923,91	33,4	-3.505.041,09	58,7
09 Venda Bens Investimento	378.000,00	2,0	77.320,94	0,5	-300.679,06	20,5
10 Transferências de Capital	7.974.189,00	41,7	4.874.170,12	32,7	-3.100.018,88	61,1
11 Activos Financeiros	102.000,00	0,5	711,00	0,0	-101.289,00	0,7
12 Passivos Financeiros	1.000,00	0,0	0,00	0,0	-1.000,00	0,0
13 Outras Receitas Capital	27.776,00	0,1	25.721,85	0,2	-2.054,15	92,6
Outras Receitas	23.000,00	0,1	111.216,12	0,7	88.216,12	483,5
15 Rep. n/abatidas no pagamentos	4,10	0,0	88.220,22	0,6	88.216,12	2151712,7
16 Saldo da Gerência anterior	22.995,90	0,1	22.995,90	0,2	0,00	100,0

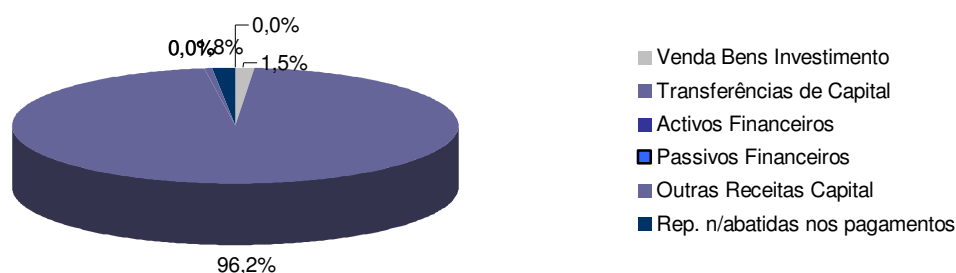
Deste quadro pode observar-se que entre a Receita de Capital prevista e a que foi efectivamente executada há um desvio de 3,5 milhões de euros e apresenta um grau de execução de aproximadamente 59%.

Efectivamente, embora as estimativas assentem em montantes justificados, a baixa concretização justifica-se essencialmente pela baixa execução de Venda de Bens de Investimento (21%), dos Activos financeiros (0,7%) e das transferências de Capital com 61%.

No primeiro caso, entendeu a Gestão Municipal que não fazia sentido proceder à alienação de património sem que estivessem garantidas as condições para a sua justa valorização e para a salvaguarda do interesse público, ainda que em prejuízo da receita arrecadada.

A composição dos valores arrecadados e afectos às Receitas de Capital por agregados económicos pode ser observada no gráfico que se segue:

Estrutura da Receita de Capital



3.1.3.1 – Principais Componentes da Receita de Capital

➤ Transferências de Capital

Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Orçamento do Estado	3.905.689,00	49,0	2.580.189,00	52,9	-1.325.500,00	66,1
Fundos Comunitários	4.041.000,00	50,7	2.293.981,12	47,1	-1.747.018,88	56,8
Outros/Contratos Programa	27.500,00	0,3	0,00	0,0	-27.500,00	0,0
Total	7.974.189,00	100	4.874.170,12	100	-3.100.018,88	61,1

€uros

Da análise ao quadro das Transferências de Capital deparamo-nos com um grau de execução de 61%, face ao valor inicialmente previsto.

A execução das Transferências do Exterior ainda baixa (57%), foi substancialmente superior a anos anteriores.

O facto de nas transferência do OE apenas se ter obtido uma execução de 66% justifica-se pelos atrasos muito significativos nas participações do INAG.

3.2 – Execução Orçamental da Despesa

Neste ponto, efectuar-se-á a análise da despesa na óptica da classificação económica. Após uma breve referência aos valores orçamentados e sua comparação com os valores executados, o que permitirá examinar o nível de realização das despesas e apurar os eventuais desvios, será dado um maior destaque às despesas afectas às Grandes Opções do Plano e, em especial, às executadas no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos, permitindo avaliar a sua execução e do alcance dos objectivos previstos naquele documento.

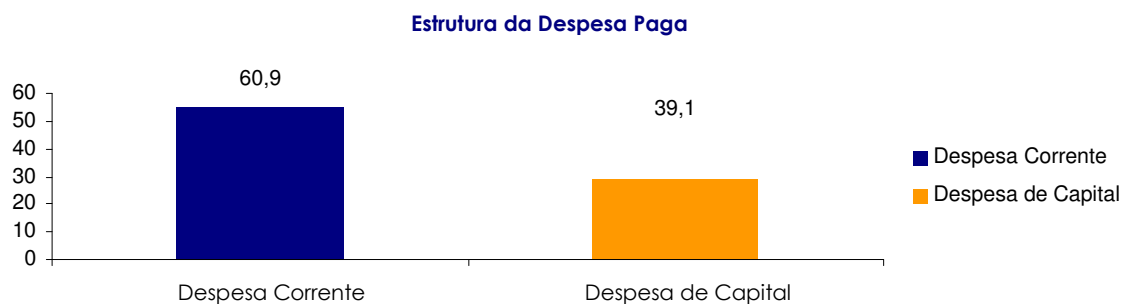
A despesa global paga foi de 14.820.105€, o que traduz uma taxa de execução orçamental da despesa paga de 77%.

Execução Orçamental da Despesa por Classificação Económica

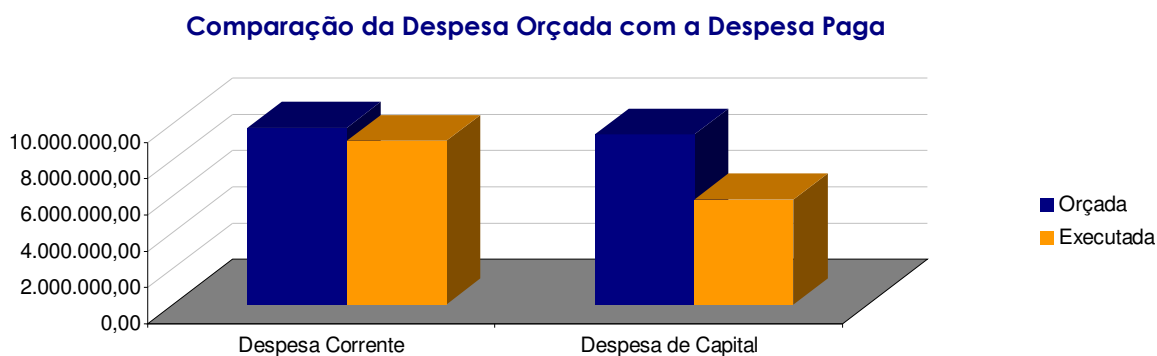
O quadro que se segue resume, na óptica da classificação económica, o total da despesa orçamental contabilizada, comparando os valores previstos com os valores efectivamente pagos.

Designação	Orçamento		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Despesas Correntes	9.749.800,00	50,9	9.024.206,33	60,9	-725.593,67	92,6
01 Despesas com Pessoal	3.609.200,00	18,9	3.448.598,66	23,3	-160.601,34	95,6
02 Aquisição de Bens e Serviços	4.240.730,00	22,2	3.681.041,09	24,8	-559.688,91	86,8
03 Encargos Correntes da Dívida	238.450,00	1,2	237.991,98	1,6	-458,02	99,8
04 Transferências Correntes	1.429.070,00	7,5	1.424.616,69	9,6	-4.453,31	99,7
05 Subsídios	27.550,00	0,1	27.500,00	0,2	-50,00	99,8
06 Outras Despesas Correntes	204.800,00	1,1	204.457,91	1,4	-342,09	99,8
Despesas de Capital	9.387.965,00	49,1	5.795.899,07	39,1	-	61,7
07 Aq Bens de Investimento	8.458.215,00	44,2	5.060.120,34	34,1	3.592.065,93	59,8
08 Transferências de Capital	604.800,00	3,2	411.877,55	2,8	-192.922,45	68,1
09 Activos Financeiros	500,00	0,0	0,00	0,0	-500,00	0,0
10 Passivos Financeiros	323.050,00	1,7	322.583,18	2,2	-466,82	99,9
11 Outras Receitas Capital	1.400,00	0,0	1.318,00	0,0	-82,00	94,1
Total	19.137.765,00	100	14.820.105,40	100	-	77,4
					4.317.659,60	

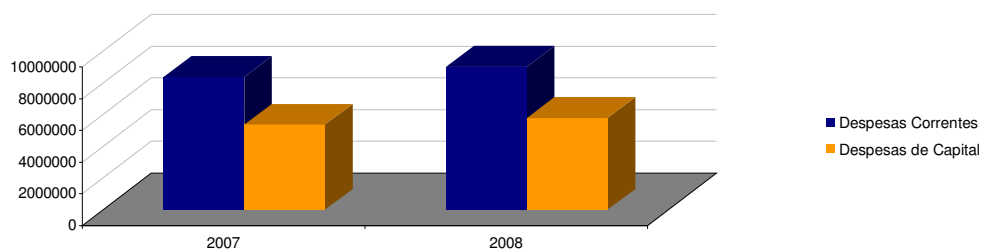
Ao comparar a estrutura do orçamento final com a sua efectiva realização, constata-se que a Despesa Corrente obteve um maior grau de execução.



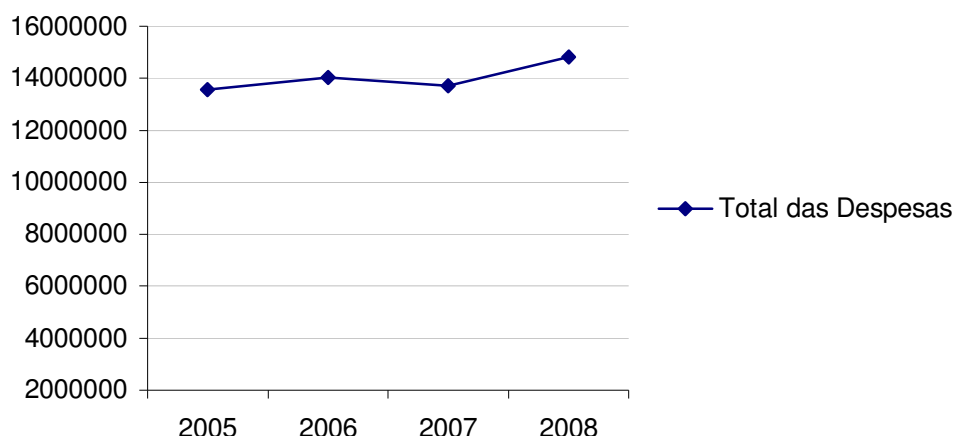
A observação do gráfico permite-nos visualizar o desvio real entre a Despesa Orçada e a Despesa Paga.



Evolução das Despesas no Período 2007/2008



A análise deste gráfico reflecte a evolução total das despesas no período de 2005/2008.



Estrutura da Despesa

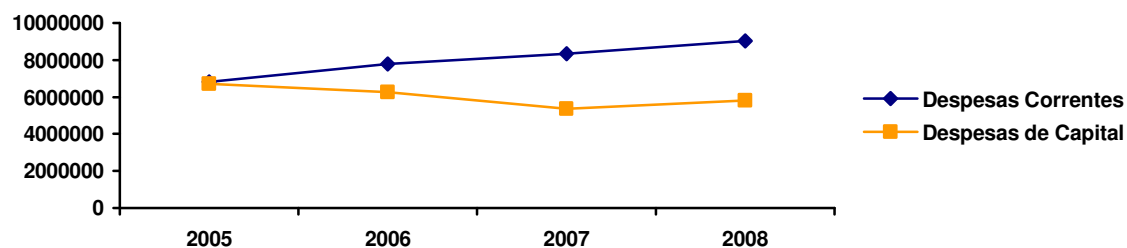
Rácios	2005	2006	2007	2008
Despesa Corrente/Despesa de Capital	101,4	124,3	155,7	155,7
Despesa Corrente/Despesa Total	50,4	55,4	60,9	60,9
Despesa de Capital/Despesa Total	49,6	44,6	39,1	39,1
Pessoal/Despesa Total	19,4	20,9	24,0	23,3
Aquisição Bens e Serviços Correntes/Despesa Total	22,3	24,6	25,2	24,8
Serviço da Dívida/Despesa Total	2,7	2,9	4,7	3,8
Transferências/Despesa total	9,6	11,6	10,9	12,3

3.2.1 – Execução da Despesa Corrente

A Despesa Corrente paga totalizou 9.024.206€, reflectindo um grau de execução de 92,6%. O quadro a seguir evidencia a estrutura da execução das Despesas Correntes. As Despesas de Pessoal e a Aquisição de Bens e Serviços representam no conjunto uma execução de 79% do total das Despesas Correntes e de 48,1% do total da Despesa.

Designação	Orçamento Final		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Despesas Correntes	9.749.800,00	50,9	9.024.206,33	60,9	-725.593,67	92,6
01 Despesas com Pessoal	3.609.200,00	18,9	3.448.598,66	23,3	-160.601,34	95,6
02 Aquisição de Bens e Serviços	4.240.730,00	22,2	3.681.041,09	24,8	-559.688,91	86,8
03 Encargos Correntes da Dívida	238.450,00	1,2	237.991,98	1,6	-458,02	99,8
04 Transferências Correntes	1.429.070,00	7,5	1.424.616,69	9,6	-4.453,31	99,7
05 Subsídios	27.550,00	0,1	27.500,00	0,2	-50,00	99,8
06 Outras Despesas Correntes	204.800,00	1,1	204.457,91	1,4	-342,09	99,8

No que concerne às restantes rubricas, as Transferências Correntes representam 15,8%, os Encargos Correntes com a Dívida 2,6% e as Outras Despesas Correntes 2,3% da Despesa Corrente.



3.2.1.1 – Principais Componentes das Despesas Correntes

➤ Despesas com o Pessoal

Designação	Orçamento		Executado		Compromissos por Pagar	Taxa de Exe.
	Valor	%	Valor	%		
01 Despesas com Pessoal	3.609.200,00	100,0	3.448.598,66	100,0	151.285,60	95,6
Remunerações Certas e Permanentes						
Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	158.740,00	4,4	158.739,57	4,6		100,0
Pessoal dos quadros – Regime de função pública	1.390.000,00	38,5	1.389.982,14	40,3		100,0
Pessoal dos quadros – Regime do contrato individual	80,00		0,00			
Pessoal para além dos quadros	50,00		0,00			
Pessoal contratado a termo	335.200,00	9,3	335.172,14	9,7		100,0
Pessoal em regime de tarefa/avença	156.800,00	4,3	154.491,04	4,5		98,5
Pessoal em qualquer outra situação	117.500,00	3,3	117.454,64	3,4		100,0
Representação	46.200,00	1,3	46.124,43	1,3		99,8
Subsídios de refeição	171.550,00	4,8	171.445,35	5,0		99,9
Subsídios de férias e de Natal	328.560,00	9,1	328.548,15	9,5		100,0
R. Doença e maternidade/paternidade	75.000,00	2,1	74.914,10	2,2		99,9
Abonos variáveis ou eventuais						
Horas extraordinárias	5.400,00	0,1	5.356,54	0,2		99,2
Alimentação e alojamento	50,00	0,0	0,00	0,0		0,0
Ajudas de custo	3.560,00	0,1	3.259,32	0,1		91,6
Abono para falhas	2.100,00	0,1	2.084,91	0,1		99,3
Formação	50,00	0,0	0,00	0,0		0,0
Subsídio de trabalho nocturno	50,00	0,0	0,00	0,0		0,0
Indemnizações por cessão de funções	50,00	0,0	0,00	0,0		0,0
Outros suplementos e prémios	26.400,00	0,7	22.511,21	0,7		85,3
Segurança Social						
Encargos com a saúde	263.000,00	7,3	110.011,33	3,2	151.285,60	41,8
Outros encargos com a saúde	57.900,00	1,6	57.887,05	1,7		100,0
Subsídio familiar a crianças e jovens	44.500,00	1,2	44.470,24	1,3		99,9
Outras prestações familiares	10,00	0,0	0,00	0,0		0,0
Contribuições para Segurança social	376.450,00	10,4	376.273,08	10,9		100,0

Seguros	43.150,00	1,2	43.041,00	1,2	99,7
Outras despesas de Segurança Social	6.850,00	0,2	6.832,42	0,2	99,7

O valor total executado no ano económico em análise foi de 3.448.599€. Anota-se contudo, que as Despesas de Pessoal em relação às Despesas Correntes estão dentro dos limites legais, representando apenas 38,2% das mesmas.

Como se pode verificar, o sub-agrupamento das Remunerações Certas e Permanentes representa o maior peso nas Despesas com o Pessoal (correspondem em termos absolutos a 80,5%). Neste agrupamento assume um maior relevo as Despesas com o Pessoal do Quadro, as quais representam 40% do total dos encargos com o pessoal.

As despesas com o Trabalho Extraordinário representam um valor bastante insignificante, apenas de 0,2% sobre os encargos totais. Pelo contrário, as Despesas de Saúde têm um valor bastante significativo (5%), referindo-se as mesmas a encargos directos de saúde resultantes de internamentos, consultas médicas, intervenções hospitalares diversas dos funcionários da autarquia.

O valor dos encargos assumidos e não pagos corresponde basicamente a dívida à ADSE, que, entretanto, tem vindo a ser amortizada.

➤ Aquisição de Bens e Serviços Correntes

Designação	Orçamento		Executado		Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	
02 Aquisição de Bens e Serviços	4.240.730,00	100,0	3.681.041,09	100,0	86,8
Aquisição de Bens	1.182.240,00	27,9	955.402,59	26,0	80,8
Aquisição de Serviços	3.058.490,00	72,1	2.725.638,50	74,0	89,1

Da análise do quadro acima representado, verifica-se que as rubricas de Aquisição de Bens representam 26% e a Aquisição de Serviços 74%.

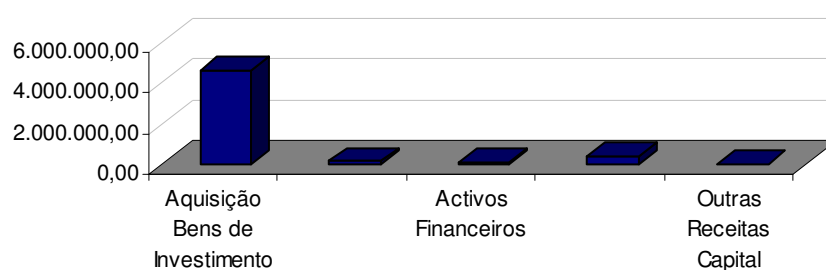
Este Capítulo tem sofrido acréscimos ao longo dos anos, facto que se justifica pelo acréscimo de custos com o ambiente, com a educação (nomeadamente na componente das actividades extra curriculares) e, sobretudo, pelo acréscimo de diversas actividades da autarquia.

3.2.2 – Execução da Despesa de Capital

Os quadros seguintes permitem observar a desagregação das Despesas de Capital, constantes da Prestação de Contas, indicando para as respectivas dotações orçamentais o volume da Despesa paga e respectiva taxa de execução.

Designação	Orçamento Final		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Despesas de Capital	9.387.965,00	49,1	5.795.899,07	39,1	-	61,7
07 Aquisição Bens de Investimento	8.458.215,00	44,2	5.060.120,34	34,1	-3.398.094,66	59,8
08 Transferências de Capital	604.800,00	3,2	411.877,55	2,8	-192.922,45	68,1
09 Activos Financeiros	500,00	0,0	0,00	0,0	-500,00	0,0
10 Passivos Financeiros	323.050,00	1,7	322.583,18	2,2	-466,82	99,9
11 Outras Receitas Capital	1.400,00	0,0	1.318,00	0,0	-82,00	94,1

Estrutura das Despesas de Capital



O Investimento apresenta uma taxa de execução de 60%, as Transferências de Capital 68%, os Passivos Financeiros 100%. Embora sejam os Passivos Financeiros conseguirem melhor taxa de execução do que os Investimentos em termos globais, do Orçamento estas só representam 2,2% não influenciando significativamente o global das Despesas de Capital.

A baixa execução financeira da rubrica de Investimentos justifica-se pelo facto de ocorrerem atrasos significativos nos recebimentos de verbas de obras financiadas.

3.2.2.1 – Principais componentes da Despesa de Capital

O valor do Investimento municipal inicialmente previsto para o ano económico de 2008 totalizou 9.267.500€. Contudo, no decurso da sua execução, foram efectuadas modificações/revisões orçamentais que originaram uma diminuição de 8,7% em relação ao orçamento inicialmente previsto. Embora esta estimativa não se concretizasse totalmente em termos de pagamentos, os quais totalizaram 5.060.120€, em termos de utilização orçamental os compromissos assumidos do exercício atingiram um volume de 7.862.240€, ou seja, uma realização efectiva de 93%.

O gráfico a seguir representa o peso relativo a cada capítulo no total das Despesas de Capital.

Designação	Orçamento Final		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Terrenos	100,00	0,0	0,00	0,0	-100,00	0,0
Habitacões	12.300,00	0,1	11.173,97	0,2	-1.126,03	90,8
Outros Edifícios	1.836.665,00	21,7	844.469,78	16,7	-992.195,22	46,0
Construções Diversas	291.100,00	3,4	248.117,33	4,9	-42.982,67	85,2
Material de Transporte	96.500,00	1,1	89.479,75	1,8	-7.020,25	92,7
Equipamento de Informática	53.500,00	0,6	46.515,24	0,9	-6.984,76	86,9
Software Informático	101.600,00	1,2	43.254,35	0,9	-58.345,65	42,6
Equipamento Administrativo	10.000,00	0,1	7.275,88	0,1	-2.724,12	72,8
Equipamento Básico	382.500,00	4,5	266.447,42	5,3	-116.052,58	69,7
Ferramentas e Utensílios	11.500,00	0,1	9.633,88	0,2	-1.866,12	83,8
Artigos e Objectos de Valor	38.050,00	0,4	34.631,14	0,7	-3.418,86	91,0
Investimentos Incorpóreos	67.500,00	0,8	19.481,62	0,4	-48.018,38	28,9
Outros Investimentos	80.000,00	0,9	76.972,35	1,5	-3.027,65	96,2
Bens de Domínio Público	5.476.900,00	64,8	3.362.667,63	66,5	-2.114.232,37	61,4
Total	8.458.215,00	100	5.060.120,34	100	-3.398.094,66	59,8

Evolução dos Investimento no período de 2005/2008

€uros

Designação	2005		2006		2007		2008	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
07 – Aquisição Bens de Capital	6.070.023	59,8	5.308.354	55,5	4.620.116	49,4	5.060.120	59,8

Numa análise mais apurada das despesas de Investimentos ao longo do quadriénio e o seu respectivo peso em termos de execução orçamental.

Fontes de Financiamento de Investimento

€uros

Designação	2005		2006		2007		2008	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empréstimos Bancários	790.000	13,0	1.000.000	18,8	0	0	0	0
Transferências de Capital	3.627.226	59,7	3.866.660	72,8	3.632.198	78,6	4.874.170	96,3
FEF	2.697.510	44,4	2.697.510	50,8	2.452.675	53,1	2.580.189	50,9
Fundos Comunitários	826.367	13,6	909.228	17,1	1.179.523	25,5	2.293.981	45,3
Outros	103.349	1,7	259.922	4,9	0	0	0	0
Outras Receitas Próprias	1.652.797	27,3	441.694	8,3	987.918	21,4	185.950	3,7
Total dos Investimentos	6.070.023	100	5.308.354	100	4.620.116	100	5.060.120	100

O Investimento tem tido nos últimos anos diversas fontes de financiamento, mas, como se pode observar no quadro acima representado, são as Transferências de Capital que mais financiam as Despesas de Investimento (96%). Os Fundos Comunitários recebidos em 2008 financiaram 45% das Despesas de Investimento (+20,2% que em 2007), os Contratos Programa e Protocolos (0%), o FEF o equivalente a 51%, um ligeiro decréscimo em relação a 2007 (-2,2%), mas em termos percentuais a componente que mais se acentuou pelo decréscimo foi a das Outras Receitas Próprias (-17,7%).

➤ **Transferências de Capital**

€uros

Designação	Orçamento		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Transferências de Capital	604.800,00	100,00	411.877,55	100,00	-192.922,45	68,1
Administração Central	100,00	0,0	0,00	0,0	-100,00	0,0
Administração Local	95.500,00	15,8	55.100,00	13,4	-40.400,00	57,7
Instituições sem fins lucrativos	389.200,00	64,4	240.500,00	58,4	-148.700,00	61,8
Empresas/Outras	120.000,00	19,8	116.277,55	28,2	-3.722,45	96,9

As Transferências de Capital representam 7,1% do total das Despesa de Capital, e obtiveram um grau de execução de 68%. O maior grau de execução destaca-se nas Transferências para Empresas (EPAVE) com uma execução de 97%.

➤ **Amortização de Passivos Financeiros**

No que se reporta à execução dos Passivos Financeiros, estes apenas representam 5,6% do Total das Despesas de Capital, mas, no que concerne ao total da execução de Despesas de Capital, estas contribuíram para 2% do valor da execução total.

3.3 – Análise das Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções do Plano representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal e apresenta-se organizado por objectivos, programas, projectos, acções e pelas intervenções sectoriais desenvolvidas pelos diferentes pelouros, num horizonte móvel de quatro anos. São parte integrante deste documento o Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos e o Mapa de Execução Plurianual das Actividades mais relevantes do município.

Assim, nas Grandes Opções do Plano constam, para além das despesas de Investimento, as restantes despesas de Capital (Transferências de Capital, Activos

Financeiros) e as Transferências Correntes e Despesas Correntes que representem maior interesse e relevância para actividade autárquica.

O mapa que a seguir se apresenta demonstra a estrutura do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano das Actividades Municipais (PAM) por objectivos, comparando o valor orçado com o valor executado.

Execução das Grandes Opções do Plano

€uros

Objectivos	PPI			PAM		
	Orçado	Execução	%	Orçado	Execução	%
1.1.1 Administração Geral	414.400,00	319.129,96	77,0	0,00	0,00	0,0
1.2.1 Segurança e Ordem Pública	0,00	0,00	0,0	71.350,00	70.069,06	98,2
2.1.1 Ensino não Superior	590.500,00	143.927,67	24,4	147.500,00	143.777,55	97,5
2.1.2. Serviços auxiliares de ensino	0,00	0,00	0,0	1.262.510,00	1.171.152,55	92,8
2.2.1 Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0
2.3.2 Acção Social	25.500,00	16.516,30	64,8	73.600,00	71.790,23	97,5
2.4.1 Habitação	12.700,00	11.173,97	88,0	0,00	0,00	0,0
2.4.2 Ordenamento do Território	2.060.750,00	1.468.374,09	71,3	0,00	0,00	0,0
2.4.3 Saneamento	621.700,00	286.977,15	46,2	106.000,00	91.132,65	86,0
2.4.4 Abastecimento de Água	682.500,00	465.351,95	68,2	320.000,00	280.930,80	87,8
2.4.5 Resíduos Sólidos	27.500,00	23.538,78	85,6	273.790,00	227.154,67	83,0
2.4.6 Protecção M.A.e Cons. Natur.	729.450,00	631.010,64	86,5	32.700,00	21.376,54	65,4
2.5.1. Cultura	70.350,00	56.483,71	80,3	445.700,00	399.781,82	89,7
2.5.2 Desporto, Recreio e Lazer	609.815,00	119.457,10	19,6	206.900,00	203.379,77	98,3
3.2.1 Energia	84.050,00	63.183,05	75,2	400.000,00	399.986,01	100,0
3.3.1 Transportes Rodoviários	2.430.800,00	1.392.827,77	57,3	0,00	0,00	0,0
3.4.1 Mercados e Feiras	500,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0
3.4.2 Turismo	117.800,00	79.049,02	67,1	4.000,00	3.359,28	84,0
3.5.1 Outras Funções Económicas	0,00	0,00	0,0	73.850,00	73.251,29	99,2
4.2.1 Transferências Adm. Pública	0,00	0,00	0,0	515.410,00	514.785,71	99,9
4.2.2 Transferências Adm. Privadas	0,00	0,00	0,0	471.800,00	283.082,00	60,0
4.3.1 Activos Financeiros	500,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0
4.3.2 Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0
Total	8.478.815,00	5.077.001,16	59,9	4.405.110,00	3.955.009,93	89,8

O quadro que se apresenta permite uma análise desagregada das despesas das Grandes Opções do Plano.

Para o cálculo do grau de execução do PPI e do PAM, o POCAL, considera-se o volume de despesa paga relativamente ao volume de dotações inscritas no Plano.

O valor previsto para as Grandes Opções do Plano, totaliza o valor de 12.883.925€. Desta forma, as GOP'S representam 67,3% do valor do orçamento.

Em termos de pagamentos, obtém-se uma taxa de execução de 70%. Facilmente se verifica que a maior dotação de verbas das GOP'S se destinou à Rede Viária e Sinalização (Transportes Rodoviários), absorvendo 19% das dotações para as GOP'S e 29% das dotações para o PPI, conseguindo um grau de execução de 15% no valor na GOP'S.

Verifica-se no quadro acima representado que na execução das GOP'S os objectivos que melhor execução financeira foram, designadamente:

- Transferências p/Administrações Públicas ⇒ 100%;
- Outras Funções Económicas ⇒ 99%;
- Industria e Energia ⇒ 96%;
- Serviços Auxiliares ao Ensino ⇒ 93%.

De entre os objectivos com menor taxa de execução financeira destacam-se:

- Transportes e comunicações ⇒ 57%;
- Saneamento ⇒ 52%;
- Desporto, Recreio e Lazer ⇒ 40%.

3.4 - Análise da Dívida Municipal

3.4.1 - Limites ao Endividamento Municipal e Capacidade de Endividamento em 2008

Designação	Montante (euros)
(1) – Capital em dívida de médio e longo prazo	3.984.434,58
(2) – Dívida a médio e longo prazo da EPAVE	125.000,00
(3) – Total do endividamento líquido ³	6.921.365,82
(4) – Capital em dívida excepcionada aos limites de endividamento	367.567,33
(5) – Dívidas à EDP 1988	0,00
(6)=(1)+(2)-(4) – Capital em dívida a médio e longo prazo a considerar	3.741.867,25
(7)=(2)+(3)-(4)-(5) – Endividamento líquido a considerar	6.678.798,49
(8) – Limite ao endividamento de médio e longo prazos – 2008	8.980.538,35
(9) – Limite ao endividamento líquido 2008	11.225.672,94

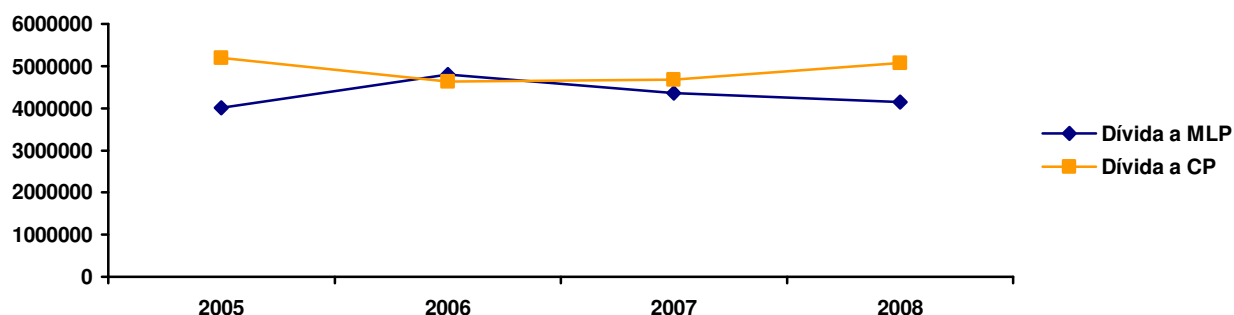
Como se pode observar do quadro a autarquia encontra-se a cumprir integralmente os limites ao endividamento estabelecidos.

³ O endividamento líquido municipal é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo designadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

3.4.2 – Análise da Dívida Global

Designação	2005	2006	2007	2008
Dívidas a Médio e Longo Prazo	4.014.615	4.802.833	4.357.232	4.146.447
Dividas a Terceiros a Curto Prazo	5.198.093	4.630.460	4.678.374	5.109.518
Passivo Total	9.212.708	9.433.293	9.035.606	9.255.965
Taxa de Crescimento	32,8%	2,4%	-4,2%	2,4%

Da análise da dívida global no último quadriênio, constata-se que desde 2005 a tendência tem sido a diminuição da dívida a médio e longo prazo e em contrapartida do acréscimo da dívida a curto prazo, situação que ainda não reflecte o empréstimo entretanto contraído ao abrigo do programa Pagar a Tempo e Horas.



Rácios dos Encargos com a Dívida

Designação	2005	2006	2007	2008
Juros/Receita Fiscal	4%	5,2%	7%	9,4%
Juros/Receita Corrente	1%	1,3%	2,1%	2,4%
Juros/Despesa Corrente	1,2%	1,4%	2,5%	2,6%

De acordo com os rácios, os encargos com a dívida têm um peso bastante reduzido, quer nas Receitas Fiscais (9%), quer no total da Receitas Correntes (2%), quer o peso dos juros nas despesas Correntes (2,6%).

IV – Desempenho Económico-Financeiro

IV – Desempenho Económico – Financeiro

4.1 – Balanço

O Balanço apresenta a posição do Património da autarquia, referente ao encerramento do exercício, estruturando-se através do activo e do passivo, desenvolvidos cada um deles em agrupamentos que representam elementos patrimoniais homogéneos:

- O activo reconhece os bens e direitos, assim como os possíveis gastos diferidos;
- O passivo reconhece as obrigações e os proveitos diferidos;
- Fundos Próprios – consiste na diferença entre o Passivo e o Activo.

Como ainda não foi aprovado o Balanço inicial não temos elementos passíveis de comparação em termos de Imobilizado, não nos é possível fazer uma comparação assente em termos reais no valor do Activo e que, conseqüentemente, influencia o valor dos Fundos Próprios. No que concerne ao valor dos direitos e obrigações, é possível comparar valores em relação ao ano anterior.

O saldo inicial do imobilizado que se apresenta no Balanço diz respeito a obras cujo financiamento e conclusão ocorreu entre 2002/2008, bem como os valores que constavam no PPI como valores já realizados.

€uros

Estrutura Patrimonial

Descrição	2008	2007	Descrição	2008	2007
Imobilizado	33.378.743	30.202.343	Património	17.006.264	14.779.697
Existências	46.448	39.982	Ajustamentos partes de		
Dívidas de terceiros – MLP	11.069		Capital em Empresas	0	21.000
Dívidas de terceiros – CP	145.596	332.662	Reservas	1.042.767	928.921
Disponibilidades	156.665	564.002	Resultados Transitados	919.044	0
Acréscimos e	613.076	417.386	Resultado Líquido Exercício	712.532	2.276.913
Diferimentos	1.250.914		Fundos Próprios	19.680.607	18.006.531
			Dívidas a terceiros – M L P	3.749.963	4.307.018
			Dívidas a terceiros – C P	5.506.002	4.728.588
			Acréscimos e Diferimentos	6.509.274	4.514.237
Activo	35.445.845	31.556.374	Passivo	15.765.238	13.549.843

Indicadores do Balanço

Indicadores do Balanço	2005	2006	2007	2008
Estrutura do Activo				
Activo fixo/Activo total	94,3%	95%	95,7%	94,2%
Activo circulante/Activo total	5,7%	5%	4,2%	5,8%
Activo fixo/Activo circulante	1.645%	1.915%	2.261%	1.615%
Estrutura do Passivo				
Passivo longo prazo/Passivo total	34,8%	36,5%	31,8%	23,8%
Passivo curto prazo/Passivo total	45,1%	36,2%	34,9%	34,9%
Passivo longo prazo/Passivo curto prazo	77,2%	100,8%	91,1%	68,1%
Índice de Liquidez imediata				
Disponibilidades/Exigível a curto prazo	14,6%	16,1%	11,9%	11,1%

Embora estes indicadores sejam usualmente utilizados como determinantes para apreciação da capacidade de endividamento e possam ser sinais da forma como evoluiu a situação financeira da autarquia, não podem efectivamente ser lidos como medida da capacidade de endividamento da autarquia. Os recursos próprios da autarquia dificilmente serão garantia de endividamento perante terceiros, pois os bens que sustentam não podem, em grande parte, ser hipotecados nem alienados, visto serem bens de domínio público ou bens privados do município necessários à prestação de utilidades públicas.

4.2 – Demonstração de Resultados

No que respeita à actividade desenvolvida ao longo do exercício económico, verificou-se um total de Custos no montante de 11.484.283€ e de Proveitos no valor de 12.196.815€.

Desta situação resultou um Resultado Líquido Positivo de 712.532€, que se reflecte:

Actividade	2008		2007	
	Valor	%	Valor	%
Custos e Perdas				
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas	351.159,11	3,1	181.693,98	1,7
Fornecimentos e serviços externos	3.558.294,58	31,0	3.504.516,52	33,4
Custos com o pessoal	3.234.869,71	28,2	3.125.694,47	29,8
Transf. subsídios correntes concedidos e prest. Sociais	1.457.221,64	12,7	1.334.165,97	12,7
Amortizações do exercício	1.644.517,49	14,3	1.369.369,80	13,1
Provisões do exercício	25.731,07	0,2	5.265,41	0,1
Custos operacionais	13.956,36	0,1	6.958,20	0,1
Custos e perdas financeiros	418.365,21	3,6	221.528,57	2,1
Custos e perdas extraordinários	780.167,39	6,8	741.994,36	7,1
Total	11.484.282,56	100,0	10.491.187,28	100,0
Proveitos e ganhos				
Vendas e prestações de serviços	964.891,15	7,9	1.041.526,85	8,2
Impostos e taxas	1.867.085,44	15,3	2.521.526,37	19,7
Transferências e subsídios obtidos	8.276.079,96	67,9	8.242.358,73	64,6
Proveitos e ganhos financeiros	627.977,47	5,1	557.932,35	4,4
Trabalhos para a própria entidade	0	0,0	0	0,0
Proveitos e ganhos extraordinários	460.780,90	3,8	404.755,55	3,2
Total	12.196.814,92	100,0	12.768.099,85	100,0
Resultado Líquido do Exercício	712.532,36		2.276.912,57	

A análise de estrutura permite-nos concluir que, em termos de custos, o maior peso se concentra nos Custos de Fornecimento e Serviços Externos (31%), em termos percentuais verifica-se um ligeiro decréscimo de 2,4% em relação ao ano anterior, mas, em valores absolutos, significa que se gastou mais 53.778€. Os Custos de Pessoal, com 28%, apresenta-se como o segundo com maior peso.

De salientar um acréscimo significativo nas amortizações do exercício (1,2%) e essencialmente nos custos financeiros (+1,5%) em relação a 2007.

No que concerne aos Custos Extraordinários, os mesmos dizem respeito na sua globalidade às Transferências de Capital concedidos pela autarquia, bem como a transferência de imobilizado de obras que foram financiadas pela Autarquia mas cujo património pertence a outras entidades e da correcção de exercícios anteriores, justificado nas notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

Relativamente aos Proveitos, continua a ser Transferências e Subsídios obtidos que maior peso têm (68%), o que permite concluir que os recursos da Autarquia estão fortemente dependentes de recursos externos, não apresentado, assim, grande capacidade de auto -financiamento.

Verifica-se um ligeiro decréscimo em Venda de Bens e Prestação de Serviços de 76.636€ (-0,3%), em comparação ao ano anterior, que reflecte a quebra de receita do aluguer de contadores de água.

Nos proveitos e ganhos financeiros verifica um ligeiro acréscimo de 0,7%.

Anota-se que, em sede de elaboração do presente relatório, se procedeu à adequada utilização dos princípios e regras contabilísticas, com vista à confirmação de que a informação constante dos documentos de Prestação de Contas apresenta de forma verdadeira e apropriada os aspectos materialmente relevantes da situação financeira da autarquia. É certo que a implementação da contabilidade de custos irá permitir um maior rigor e exactidão dos custos e proveitos efectivos, nomeadamente na contabilização de trabalhos para a própria entidade.

4.3 – Aplicação de Resultados

O Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, determina que os resultados do exercício podem ser repartidos entre o reforço da conta património – obrigatório até que o valor contabilístico desta conta corresponda a 20% do activo líquido – e a constituição ou reforço das reservas – sendo obrigatório o reforço mínimo das reservas legais em 5% do resultado líquido do exercício obtido.

Tendo em consideração o exposto, propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

Reservas Legais (5%) – 81.578,80€

Património (95%) – 1.549.997,15 €